# A ACESSIBILIDADE DO ALUNO COM LIMITAÇÕES FÍSICAS: COMO ACONTECE NA ESCOLA?

# REGINA MARIA BRÁS

# RESUMO

O presente trabalho monográfico constitui-se numa intervenção socioescolar e traz como cerne de suas discussões e pesquisas a educação inclusiva. O início desse percurso rumo à inclusão social acontece na escola, pois através dos alunos poderemos gerar uma consciência inclusiva que atenda toda a sociedade. Ao integrar o espaço, esses sujeitos desenvolvem suas habilidades, interagem e se relacionam uns com os outros, ampliando os seus conhecimentos. A inclusão se manifesta pela capacidade da escola oferecer respostas desejadas à diferença de aprendizagem das crianças. Ela busca que a escola se transforme em espaço de permuta o qual favoreça o modo de ensinar e aprender. Transformar o ambiente significa gerar condições para que todos participem do processo de renovação do conhecimento. A escola que inclui valoriza o desempenho do aluno, percebendo que este processo transforma a vida escolar e a relação com os demais, modificando inclusive seu modo de formação pessoal e profissional. Para a realização deste trabalho, foi utilizada como estratégia a pesquisa-ação, fundamentada nos estudos de Tripp e que proporciona ao professor assumir também a função de pesquisador, aproximando-se do seu objeto de estudo e, acima de tudo, agindo de forma coerente e direcionada sobre o mesmo. A prática da pesquisa fundamenta-se, também, numa revisão bibliográfica consistente, apoiada em diferentes teóricos e estudiosos da área da Educação, dentre os quais destacamos: MANTOAN, BERCH E MACHADO que muito contribuíram no processo de construção do conhecimento. A realização deste trabalho trouxe contribuições ímpares para a nossa formação profissional, pessoal e acadêmica.

**Palavras-chaves**: Inclusão. Acessibilidade. Educação.

# 1 INTRODUÇÃO

Nesta intervenção socio escolar abordaremos sobre a inclusão do portador de deficiência na escola, além das discussões por elas geradas, foi o motivador para este trabalho. Na busca de uma educação inclusiva, optamos pela falta de respeito às pessoas portadoras de deficiência no âmbito escolar. Precisamos mudar essa realidade, colaborando com todos para que essas pessoas não se excluam da sociedade.

A educação inclusiva proporciona as pessoas portadoras de necessidades especiais o acesso ao conhecimento e ao ambiente escolar, com isto os alunos diferentes aprendem a interagir com os demais. Na escola inclusiva todos desenvolvem ações que possibilita o seu desempenho escolar, assim todos evitam a exclusão e prendem a conviver com a diversidade humana. Incluir significa garantir uma educação para todos na busca do respeito à desigualdade, portanto o ambiente escolar é um espaço onde compartilhamos o conhecimento e a troca de experiência com o diferente. Para garantir a inclusão se faz necessário oferecer uma educação de qualidade, onde haja o respeito às diferenças, valorizando a diversidade humana por meio do conhecimento da igualdade, na busca de combater o preconceito e a discriminação.

Esta pesquisa tem por finalidade combater o preconceito e a desigualdade, onde geram indivíduos sem comprometimento com as relações sociais, visando respeitar os desafios para a construção de uma proposta inclusiva, que garanta à todos os alunos uma educação de qualidade combatendo a discriminação, estimulando o respeito às diferenças e valorizando os deficientes pelo sentimento de solidariedade. Este trabalho foi desenvolvido na visão de que a sociedade perceba que o ambiente escolar é o espaço que oferece a participação de todos e traz muitos benefícios para as pessoas, desenvolvendo a sua interação social, sendo desta forma à sociedade passa a perceber que os deficientes precisam ser amados e respeitados, conforme as suas possibilidades.

O objetivo principal da nossa pesquisa é mostrar como acontece a inclusão do deficiente físico na escola, mesmo diante da falta da acessibilidade. Também buscamos, com a realização desta intervenção socioescolar, valorizar a diversidade humana, pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas; reconhecer as necessidades e competência dos colegas; conscientizar a sociedade que a inclusão não é um sinônimo de inferioridade e incapacidade. A metodologia escolhida para referenciar a construção deste trabalho científico foi a pesquisa-ação, segundo Tripp (2005) por ser uma estratégia que permite a aproximação do professor com o pesquisador, através da vivência, do contato direto com o objeto de estudo.

A opção desta metodologia de pesquisa evidenciou-se na busca de soluções para os problemas existentes nas escolas, visando o respeito na tentativa de quebrar as barreiras que impedem o acesso dos portadores de deficiência ao ambiente escolar. Na construção deste estudo nos respaldamos em Mantoan, (2007) onde afirma que a inclusão é uma ação que provoca a melhoria da qualidade de vida e da educação básica e superior, para que o alunado com e sem deficiência tenha possibilidade de desempenhar à educação em sua plenitude, sendo indispensável que o ambiente escolar acompanhe suas práticas, afim de atender às diferenças. Esse acompanhamento é necessário para que as crianças passem por várias experiências educacionais, sem retirar dela o proveito desejável e valioso. A maioria das escolas, ainda está distante de se tornarem inclusivas, pois não acreditam nas utilidades que esses alunos poderão adquirir ao longo das novas situações. Diferentes práticas de ensino proporcionam que os alunos possam acompanhar os mais elevados níveis de ensino de acordo com o desenvolvimento de cada um, como nos garante a constituição. Segundo Berch (2007) os alunos com deficiência física possuem a indicação de recursos que supram suas necessidades, ou seja soluções simples que darão assistência e conforto à todos, deixando-os relaxados, na busca de garantir um aprendizado de qualidade sem exclusão escolar. Oferecer o acesso aos deficientes é garantir á todos condições para que tenham uma melhoria de qualidade de vida. De acordo com Machado (2007) os profissionais da engenharia e da arquitetura, podem executar projetos arquitetônicos na escola de forma que seus espaços escolares sejam realmente inclusivos, sendo assim os ambientes acessíveis promovem as pessoas portadoras de deficiência o bem-estar de todos, contribuindo para a sua aprendizagem. Uma escola adaptada atende as necessidades de alunos com diferentes tipos de deficiência, lembrando que a acessibilidade é um direito garantido por lei, para que todos possam ter acesso a todos os espaços escolar e que seja possível interagir com as atividades com segurança e independência conforme suas limitações.

# 2 A INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA: BREVES REFLEXÕES

Nesta pesquisa vamos abordar um pouco sobre a história e as leis que permitem a inclusão dos deficientes no âmbito escolar. Desta forma é imprescindível conhecer o que nos move nesta ação, buscando o direito de todos a uma escola de todos, sem exclusões, discriminação e preconceitos. Para garantir o direito de todos é necessário conhecer os fundamentos e como eles estão expressos em nossos documentos legais. Vamos debater a situação educacional vivenciada pelas pessoas portadoras de deficiência, nos dias atuais, não esquecendo de que é providência de todo um processo de evolução do atendimento às mesmas na sociedade. Abordamos também a questão da deficiência/diferença, numa visão histórica até a busca pela sua plena inclusão escolar e social. Sendo através dessas ações desenvolvidas é que podemos construir uma sociedade aberta a todos, que respeite a diversidade humana e que atenda aos interesses de todos os cidadãos.

# 3 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS?

Com fundamentos nos princípios do Desenho Universal e da Lei nº 10.098/00, toda escola deve favorecer ambiente de fácil acesso, para as pessoas deficientes na busca de eliminar barreiras arquitetônicas e adaptando os espaços que atendam à toda diversidade humana. Contamos com a ação fiscalizadora dos Ministérios Públicos Estaduais para garantir o direito de acessibilidade espacial para as pessoas com deficiência. Se a nossa meta é alcançar a participação permanente de alunos com deficiência nas atividades escolares, é preciso oferecer um ambiente adequado para garantir essa interação.

 A acessibilidade arquitetônica é feita devido um processo de análise das circunstâncias do ambiente, numa parceria permanente entre profissionais da educação e profissionais da arquitetura e engenharia, visando uma perspectiva ampla de inclusão. Se faz necessário verificar as necessidades específicas provenientes de cada tipo de dificuldade: motora, sensorial, de comunicação, cognitiva ou múltipla. (Machado, 2007, p.105). Nos espaços das instituições escolares, os projetos de acessibilidade arquitetônica devem ser desenvolvidos por intermédio de parceria estabelecida entre profissionais da educação e profissionais da arquitetura e engenharia. Torna-se obrigatório pôr em destaque que, para a aprovação da licenciatura de certificado de conclusão de projeto arquitetônico, deverão ser observados os princípios do desenho universal e atestado o atendimento às normas de acessibilidade previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A acessibilidade procede das condições adequadas de acesso à informação, das possibilidades de se locomover permitindo aos deficientes participar da sociedade e constituir relações com as demais pessoas. Recorrendo a Dischinger et al (2004) os projetos arquitetônicos acessíveis podem se valer dos cinco princípios do Desenho Universal que muito colaboram para a inclusão escolar. São eles: 1º Direito à equidade, participação: todos os ambientes devem ser delineados de forma a não isolar ou excluir pessoas, oferecendo a socialização e a interação entre indivíduos. Desta maneira, os ambientes e equipamentos acessíveis não devem ser isolados dos demais espaços, pois facilita o uso independente das pessoas com habilidades e restrições diferentes.

 2º Direito à independência: todos os espaços físicos, a exemplo de pátio caminhos, salas dentre outros e seus componentes como brinquedos, pisos, rampas e carteiras, devem permitir o desempenho de atividades de forma independente por todos os usuários.

 3º Direito à tecnologia assistiva: todos os alunos com deficiência têm direito à utilização de equipamentos, instrumentos, recursos e material pedagógico acessível de uso individual ou coletivo necessários para o desempenho das atividades escolares.

4º Direito ao conforto e segurança: todos os ambientes e equipamentos podem facilitar o desenvolvimento das atividades, dando-lhe conforto e segurança de acordo com as necessidades específicas de cada um. 5º Direito à Informação Espacial: entende-se que a possibilidade de acesso à informação espacial é necessária para a compreensão, orientação e acesso dos espaços para todos os indivíduos. Machado, (2007, p.106 e 107).

A partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), comprovada no Brasil como modificação constitucional, conceitua-se pessoa portadoras de deficiência como ‘’ aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, em interação com diversas barreiras, podem impedir sua participação completa e efetiva na sociedade com as demais pessoas’’. Esta ideia define um importante processo de transformação no ponto de vista das pessoa com deficiência, passando do modelo clínico, que destaca a limitação do sujeito para o modelo social, que determina a acessibilidade como base essencial para a participação plena das pessoas com deficiência no contexto social. Nessa proporção, ‘’ a remoção de barreiras promove a independência, a autonomia e a dignidade de forma que atenda a todos os cidadãos’’. (BOARETTO, 2006, P. 13).

De acordo com os especialistas a acessibilidade busca uma sociedade mais inclusiva, a fim de garantir o direito e o acesso dos alunos portadores de necessidades especiais no espaço escolar. Segundo ( LOVATO, J, ZYCH, A.C. 2008,p. 5) as escolas no Brasil já deveriam estar adaptadas às necessidades de todos os alunos, pois a realidade a qual enfrentamos é outra. As mesmas necessitam de modificações e adaptações em vários ambientes, na tentativa de oferecer condições para que não ocorra a exclusão. As escolas devem proporcionar a socialização, favorecendo condições mínimas de acessibilidade na perspectiva de minimizar e oferecer acesso sem barreiras, que pode vir a dificultar a estabilidade das pessoas com deficiência.

De acordo com (Machado, 2007, p. 107) os ambientes acessíveis não proporcionam apenas o bem-estar para as pessoas portadoras de deficiência, mas também estimulam e aproximam toda a gama de diferenças humanas. Podemos observar que a nossa sociedade, apresenta barreiras que dificultam a inclusão dos deficientes em vários setores. Barreiras estas que limitam a inserção social de pessoas vistam como ‘’diferentes’’, partindo de atitudes preconceituosas fundadas nos padrões de normalidade, e do ponto de vista físico. É preciso modificar a nossa sociedade para que o atendimento às pessoas com deficiência garantam-lhes mais interação, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida.( LOVATO,J, ZYCH, A. C. 2008, p.4).

A adequação dos sistemas sociais vem sendo enfatizada, principalmente, a partir da década de 90, através de documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), da UNESCO, que aborda extensamente o conceito de inclusão, procura o desenvolvimento de programas que atendam a diversidade dos educandos que frequentam nossas escolas. Faz-se necessário adequar os espaços das escolas já existentes e orientar os novos projetos escolares com fundamentos em desenhos acessíveis. Há uma grande necessidade de promover a formação continuada para os profissionais de engenharia e da arquitetura, no sentido de buscar o conhecimento do desenho universal e à conscientização de que escolas acessíveis são um direito que é garantido por lei. (Machado, 2007, p.108). Dar-se a entender que a acessibilidade significa oferecer condições de vida, possibilitando a todos, segurança, autonomia ,e garantias, para que todos possam viver com dignidade.

Precisamos do respeito e o conhecimento dos direitos humanos para garantir ambientes acessíveis para todos. (LOVATO, J, ZYCH, A.C. 2008, p. 6). Visando uma educação inclusiva, a acessibilidade é elemento necessário para promover uma educação de qualidade, sendo indispensável para garantir o direito ao acesso dos alunos com deficiência no contexto da escolar. Porém, a organização de condições que promovam o acesso no âmbito escolar aos alunos com deficiência deve estar ligada aos processos pedagógicos, a fim de subsidiar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A acessibilidade promove condições de vida, possibilitando a todos um espaço seguro e confortável, fazendo com que as pessoas possam viver de forma independente, superando as reais barreiras de acesso e aprendizagem, a fim de proporcionar a participação de todos, livres de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade. Portanto a eliminação de barreiras arquitetônicas permite acesso aos espaços de uso coletivo, favorecendo as pessoas com deficiência a sua liberdade. Necessitamos de novos projetos arquitetônicos, visando mudanças para ampliar o aprendizado dessas pessoas e o convívio social. A acessibilidade no âmbito escolar, constrói ações que promovam a interação de todos os alunos nos processos de aprendizagem, sendo assim as necessidades especiais de algumas pessoas, passarão a ser vistas de forma normal a partir do momento que todos estejam conscientizados dessa diversidade humana, buscando uma sociedade mais inclusiva. Segundo (LOVATO, J, ZYCH, 2008 p.12) a acessibilidade compõe um fator de grande importância para o exercício da cidadania dos portadores de necessidades especiais, contribuindo para sua participação dentro da sociedade. Sendo assim, se faz necessário criar condições para que os deficientes possam construir seu espaço e viver com autonomia.

# 4 AS DIFICULDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS ESPECIAIS

De acordo com Dischinger (2004, p. 23), a incapacidade de desenvolver alguma atividade não é unicamente o resultado da restrição da função corporal, mas também o da interação das ações corporais e as causas, costumes, práticas e organização do meio em que está inserido. O aluno pode ter uma deficiência sem sentir-se deficiente quando o poder público fornece, em suas escolas, meios de acesso que garantam a todos o direito de ir e vir na busca de superação que são removidas pelos recursos disponíveis, tanto materiais quanto humano. Algumas vezes os alunos estarão vedados de acompanhar as aulas com a regularidade necessária, por motivo de cuidados de saúde que deverão ser priorizados.

 Embora conheçamos os limites das terminologias, elas podem nos auxiliar na busca de serviços e recursos que garantam a pessoa com necessidade especial a sua participação na sociedade. (Mantoan (2004, p.5). De acordo com a limitação física de cada um, faz-se necessário utilizar recursos e equipamentos especiais para o seu desenvolvimento educativo, buscando a participação do aluno nas condições práticas vivenciadas no cotidiano escolar, sendo assim todos transforma o ambiente em busca de uma verdadeira qualidade de vida. (BRASIL, 2006, p. 29).

Para suprir as dificuldades dos portadores de necessidades especiais no âmbito escolar é necessário que os professores especializados os responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado, abasteçam recursos para acesso ao conhecimento e ambiente escolar, proporcionando ao educando independência na realização de suas tarefas e na reprodução do seu espaço de comunicação e habilidades de seu aprendizado. Bersch, Machado (2007, p. 28) O Decreto nº 3.298 de dezembro de 1999 cita os recursos garantidos às pessoas deficientes e entre eles encontram-se: equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência e outras que ofereçam o acesso e a melhoria funcional e a autonomia pessoal. O ensino desafia o sistema educacional, a comunidade escolar e toda uma rede de pessoas, que se inserem na mudança de fazer uma educação que assume o tempo presente como uma oportunidade de combater o preconceito em reconhecimento e respeito às diferenças. A falta de recursos no ambiente escolar implica no processo de desenvolvimento e na construção de conhecimentos das pessoas portadoras de necessidades especiais, assim não há subsídio para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (BRASIL, 2006, p 13).

Um aluno com deficiência física sente dificuldade de produzir muitas tarefas rotineiras no ambiente escolar, e por isso necessita de ajuda e cuidados de todos que estejam em sua volta. Bersch, Machado (2007,p.41). A falta de recursos nas escolas implicará no desenvolvimento do processo de descoberta e aquisição de conhecimento, pois necessitamos de apoio para que no espaço do atendimento especializado, sejam desenvolvidos os recursos e as estratégias favoráveis, no sentido de respeitar a participação do aluno, promovendo o acesso ao conhecimento escolar.

É preciso fazer uso da legislação, para que de fato nossos ambientes escolares se transformem em ambientes acolhedores e que supram as necessidades das pessoas com deficiência. De acordo com (DISCHINGER et al ,2004, p.157), os ambientes e equipamentos adaptados possibilita o uso independente, na medida do possível, por pessoas com habilidades e limitações diferentes. Ao entrar na escola o deficiente sente a necessidade do desenvolvimento de projetos e estudos que resultam em tratar das incapacidades específicas, servindo para compensar as dificuldades que nos cerca. Segundo (Bersch, 2007, p. 35) é indispensável um encontro da tecnologia com a educação, sendo duas áreas que oferecem a construção do conhecimento, buscando complemento uma na outra.

Na busca de uma escola inclusiva, podemos introduzir recursos que favoreçam o desempenho dos alunos, sendo o material como fonte inspiradora para tantos outros recursos e alternativas que ainda surgirão. (Bersch, Machado, 2007,p. 41). Uma escola inclusiva deve garantir condições, para que as crianças possam ter acesso a todos os ambientes, assim os mesmos terão condições de frequentar a totalidade das aulas. Todos têm direito aos recursos materiais e pedagógicos, desta forma facilita e garante o aprendizado do currículo escolar. O material escolar e pedagógico adaptado deve despertar no professor e no professor especializado a reflexão e a criatividade, para resolução de possíveis barreiras que interrompem o acesso ao aprendizado

. O desenvolvimento de recursos para a aprendizagem dos alunos com deficiência tem como objetivo, estimular as aulas tornando-a mais atraente, significativa e todos se beneficiam. Essas ações promovem atividades para desenvolver o potencial de todos os alunos, sendo assim, os portadores de necessidades especiais se tornará protagonista de sua própria história. (Bersch, Machado, 2007, p. 53). Devemos conhecer o aluno, sua história, suas dificuldades e desejos e observar quais são as suas necessidades encontradas, que lhe impedem o acesso aos espaços da escola e ao conhecimento. (Bersch, 2007, p. 35).

# 5 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO

De acordo com (MELLO, 1978, p. 30) sabemos que o ambiente escolar influencia o aluno de forma significativa e da oportunidade de construir possibilidades, onde todos se sintam reconhecidos, valorizados e respeitados. Sendo a escola um espaço privilegiado pelo compartilhamento do conhecimento, fazendo-se necessário considerar que a aprendizagem é a parte de um processo maior construído na vida cotidiana. A escola possui um papel fundamental no processo de desenvolvimento da vida da criança e do jovem. Ao entrar no ambiente escolar, todas tem a oportunidade de conviver e de se relacionar com diferentes pessoas, percebendo que todas tem características próprias. Ao ingressar na escola da educação infantil é de fundamental importância, por todos os aspectos físicos, sociais, emocionais e psicológicos, etapa do desenvolvimento, que lhe auxiliará como base para toda a sua vida futura. Uma escola inclusiva as crianças aprendem umas com as outras. Crianças sem deficiência aprendem a reconhecer e valorizar as diferenças, sendo assim, essa convivência vai trazer muitas vantagens para seu futuro. Segundo (STAINBACK, S; STAINBACK W. 1999, p. 302 )

É importante que as crianças sintam-se que as mesmas podem contribuir para uma mudança e que todas percebam que as salas de aula inclusivas, trabalham para capacitar todas, na perspectiva de melhorar suas próprias condições de vida . A escola tem como objetivo ensinar os alunos a entender as desigualdades sociais e capacitá-los para trabalhar ativamente na mudança da sociedade.

A escola tem por finalidade respeitar cada criança, com seu jeito próprio de aprender, respeitando, dessa forma, seus interesses. Ao desenvolver os planos de ação que fazem parte do Projeto Pedagógico, as escolas se encarregam de assumir o compromisso de oferecer educação de qualidade para todas as crianças, na busca de atender às necessidades específicas dos alunos. Garantir o processo de ensino às necessidades dos alunos é uma importante ferramenta para o sucesso da aprendizagem. No espaço escolar, o professor especializado vai desenvolver com os alunos as questões relativas às necessidades específicas de aprendizagem, para que todos possam interagir e ter acesso a todos os conteúdos realizados na classe comum. Nas escolas inclusivas, os professores são os verdadeiros responsáveis pelo processo de aprendizagem de todos os alunos, sendo a coisa mais do seu filho, na busca de ajudar a superar as dificuldades e aplaudir os progressos. As escolas oferecem diversas oportunidades para a participação dos pais, previstas no Projeto Pedagógico, gratificante que os professores podem fazer é explorar seus próprios conhecimentos e valores sobre a diversidade humana. Pois os pais devem estar presentes e acompanhar o desenvolvimento como Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e outras.

Na escola todas as crianças aprendem a se relacionar e enfrentar desafios do dia a dia, formando seu círculo de amizade. Portanto todas tem a oportunidade de conversar, trocar ideias, mostrar seus limites e possibilidades, expor seus pontos de vista e expressar seus desejos. Segundo ( Mantoan 2007, p. 45 e 46) a inclusão é um desafio enfrentado pela escola comum que oferece a melhoria da qualidade da educação, dando oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, para a tarefa de renovar um mundo melhor.

 Assim sendo, a escola deve ser encarada como um processo contínuo que terá a inclusão como consequência. A ação pedagógica favorece a todos os alunos o desenvolvimento de conceitos em práticas escolares compatíveis com esse grande desafio, assegurando e dando condições para que todos possam aprender de acordo com o seu ritmo de aprendizagem. Visando um ensino de qualidade e consequentemente inclusivo a escola incentiva e valoriza o professor, que é o responsável pela tarefa fundamental da aprendizagem dos alunos.

O espaço escolar inclusivo, as diferenças é um grande desafio constante à fixação das identidades, sendo um meio de construir a nossa própria identidade. (SCOTT, 1988, p. 13). Afinal, as escolas existem para formar e gerar novos cidadãos, na busca de mudanças no ensino comum para que possa atender às exigências de uma educação para todos. É nos bancos escolares que aprendemos a conviver com as diferenças, dividindo as responsabilidades e repartindo as tarefas. O exercício dessas ações gera a cooperação, o sentido de produzir em grupo o hábito de compartilhar o saber e o reconhecimento da diversidade humana. Trabalhar com as diferenças existentes nas salas de aulas, é necessário enfrentar os desafios da inclusão escolar, sem fugir da nossa realidade, pois é o ensino que coloca o aluno como foco de toda ação educativa, dando-lhe o direito a novas descobertas. (Mantoan, 2007, p.48-52). Uma escola inclusiva garante a igualdade entre alunos diferentes, onde todos possam participar e sejam aceitos como membros valiosos delas. Trata-se de uma prática educativa que visa melhorar a aprendizagem de todos em um mesmo ambiente educativo. A educação inclusiva é um processo inacabado que provoca a qualquer situação de exclusão, procurando eliminar as barreiras que impedem uma educação para todos.

Como afirma (Mantoan, op.cit, p.57) a escola recomenda um ensino em que aprender é um ato contínuo, resultante de uma rede de relações que vai sendo preparada pelos aprendizes, em ambientes escolares que não discriminam e oferecem oportunidades extraordinárias de sucesso para todos, dentro das capacidades, interesses e possibilidades de cada um. Ainda segundo Mantoan o ambiente escolar é um espaço que oferece a interação de uns com os outros e que nos motiva a estabelecer comunicação e a perceber a necessidade de se locomover, entre outras aptidões que nos fazem pertencer ao gênero humano. O aprendizado ganha mais sentido quando a criança está inserida em um ambiente compartilhado, que permite o convívio e a interação. Educar significa proporcionar situações de aprendizagens, possibilitando o desenvolvimento máximo de suas ações e que reabilita a importância de criarmos oportunidades de convivências e desafios para o desenvolvimento, na perspectiva de construirmos uma educação inclusiva.

# 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse breve relato, podemos assimilar que as pessoas portadoras de necessidades especiais em decorrência de diferenças, foram compreendidas e educadas de maneiras diferentes das demais de acordo com os padrões sociais de cada sociedade. Com muito esforço e polêmica, essas pessoas foram conquistando o seu espaço na sociedade e defendendo os seus direitos como cidadãos. Uma dessas conquista diz respeito ao atendimento escolar em classe comum, sem afastar-se do seu convívio social.

 Aprendemos também que a educação inclusiva, busca atingir o ideal de uma escola para todos e é representada como um modelo, desenvolvendo os valores humanos e educacionais que desempenha a escola tradicional. Podemos observar que a escola inclusiva não pode atuar de maneira isolada, sem amparo, sem compartilhar suas dúvidas, suas aflições, seus achados e suas decisões. Pois a educação inclusiva é responsabilidade da escola como um todo. Temos conhecimento que a escola tem obrigação de respeitar as diferenças, desenvolvendo ações formativas que ofereçam a reprodução de conhecimentos teórico-práticos, que venha a contribuir para ajudar os que dela fazem parte.

A escola deve receber profissionais que sejam capazes de lançar decisões, compartilhar hábitos de vida, determinar ações, executar adaptações curriculares, criar estratégias com vistas a dividir a construção do conhecimento pelos educandos em geral, realizando reuniões com as famílias e com a comunidade em geral. É o professor que pode tornar as qualidades possíveis de aprendizagens do aluno, a partir de diferentes ofertas didáticas as quais ele pode estabelecer na produção das práticas pedagógicas.

 É importante retratar sobre os desafios do cotidiano escolar, precisamos de um novo olhar para as pessoas deficientes, pois esta será uma nova forma de exercer as possibilidades de cada um. O esforço e os objetivos que cada criança portadora de deficiência traz, fará com que a educação seja de qualidade para todos. Promover a inclusão, sugere a mudança de atitudes e de olhar acerca da deficiência na busca de romper as barreiras que impedem a conquista de uma educação de qualidade, a qual facilita o atendimento adaptado e que a permanência seja garantido a todos os alunos, oferecendo sua liberdade independentemente de suas diferenças e necessidades. Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência tem conveniência de preparar-se para vida na comunidade, tomando decisões conscientes que venham a contribuir para a melhoria da paz social. Sabemos que para construir uma escola inclusiva, faz-se necessário garantir as condições de acesso e permanência no espaço escolar, buscando a eliminação de barreiras que impedem os avanços que possam ser percorridos pelos diferentes caminhos que a vida nos proporciona. A escola inclusiva combate o preconceito e a discriminação, visando construir uma sociedade integradora e uma educação de qualidade e satisfatória para todos.

# REFERÊNCIAS

BRASIL, Assembleia Legislativa. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Brasília: MEC Centro Gráfico, 20 de dezembro de 1996.

 . Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministérios das Comunicações, 1988.

 . **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.** Lei Federal nº .8.069, de 13 de julho de 1990. Goiânia-Goiás, 2010.

 . Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB), Brasília, DF, 1996.

DIEZ, Anabel Moreña. **Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva.** In: Inclusão – revista da Educação Especial. V.5. N.° 01. Jan/julho 2010.

FÁVERO, Eugênia A. G. **Aspectos legais e orientação pedagógica**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FIGUEIREDO, Rita V. de**. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir**. In: Inclusão – Revista da Educação Especial. .5, N.° 02, Jul/dez. 2010.

LEUCAS, Cláudia B. de. Educação física e inclusão. In: Presença pedagógica. Mar/abr. 2012. Editora Dimensão. V. 18/ n.° 104.

LOVATO, Jessana e ZYCH, Anísia C. **A questão da acessibilidade do educando com deficiência física na escola**. In: Revista eletrônica Lato sensu – ano 3°, n° 01, março de 2008.

MARTINS, Lúcia da A. R. **A diferença/deficiência sob uma ótica histórica.** In: Revista Educação em questão, jul/dez, 1998 – jan/jun. 1999.

MANTOAN, M. T. E., FÁVERO E. A. G., PANTOJA L.M.P., **Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientação pedagógica.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação Especial, 2007.

RICHARDSON, Jarry Roberto. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHIMER, Carolina R., BROWNING, Nádia, BERSCH, Rita de C., MACHADO,

Rosângela. **Deficiência física**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 1999.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Trad.: de Lólio Lourenço de Oliveira.Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443 – 446, set./dez., 2005. Disponível em: < [www.scielo.br](http://www.scielo.br/) >. Acesso em julho de 2012.